

**14^a
edição**

revista, atualizada
e ampliada

**CRISTIANO CHAVES DE FARIAS
NELSON ROSENVALD**

Curso de Direito

CIVIL

Obrigações

2

2020



Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3045.9051
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

F224c Farias, Cristiano Chaves de
Curso de direito civil: obrigações / Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald – 14.
ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2020.
v. 2.
800 p.

Bibliografia.
ISBN: 978-85-442-3303-0.

1. Direito civil. 2. Obrigações. I. Título.

CDD 342.14

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

Palavras Prévias – 14ª edição	17
Prefácio	21
Apresentação	23
Capítulo Introdutório ► As Obrigações em Leitura Civil-constitucional.....	25
Capítulo I ► Introdução ao Direito das Obrigações	33
1. Noções Gerais	34
1.1 Conceito de obrigações.....	34
1.2 Características essenciais	37
1.3 Evolução histórica	46
1.4 Introdução ao estudo das garantias	52
1.5 Posição no direito civil	58
1.6 O sistema privado obrigacional: o civil, o empresário e o consumidor	61
1.6.1 Unificação do direito das obrigações: o empresário	64
1.6.2 O consumidor como sujeito especial de relações obrigacionais.....	68
2. Elementos constitutivos das obrigações	81
2.1 Generalidades.....	81
2.2 Elemento subjetivo (o credor e o devedor).....	84
2.3 Elemento objetivo (a prestação).....	86
2.4 Elemento abstrato ou espiritual (o vínculo jurídico).....	89
2.4.1 O vínculo jurídico e a garantia de cumprimento.....	89
2.4.2 Consequências do não cumprimento espontâneo	90
2.4.3 A execução da obrigação através do Poder Judiciário.....	91
2.4.4 O vínculo jurídico e a excepcional possibilidade de prisão civil do devedor.....	92
3. Principais distinções.....	110
3.1 Direitos reais.....	110
3.1.1 Revisão crítica da dicotomia: direitos obrigacionais x direitos reais	114
3.1.2 Situações híbridas.....	116
3.1.3 Obrigações <i>propter rem</i>	118
3.2 Direitos da personalidade.....	122
3.3 Obrigação, dever, sujeição e ônus	123
4. Fontes das obrigações	126
4.1 Introdução	126
4.2 Tripartição das obrigações segundo as suas funções.....	129
4.2.1 Negócio jurídico	129
4.2.2 Responsabilidade civil	132
4.2.3 Enriquecimento sem causa	134
4.3 A boa-fé objetiva como fonte das obrigações	136

5. Os paradigmas do código civil no direito das obrigações.....	137
5.1 As obrigações e o Código Civil de 2002.....	137
5.2 Princípio da socialidade.....	138
5.3 Princípio da eticidade.....	141
5.4 Princípio da operabilidade.....	145
6. A obrigação complexa (“a obrigação como um processo”).....	147
6.1 Introdução.....	147
6.2 Os deveres de conduta.....	151
6.2.1 Noções gerais sobre os deveres de comportamento ético exigido das partes na relação obrigacional.....	151
6.2.2 Funções dos deveres de conduta.....	155
6.2.3 Os deveres de conduta e a tutela de terceiros.....	159
6.2.4 O terceiro ofendido e a relação obrigacional.....	160
6.2.5 O terceiro ofensor e a relação obrigacional.....	162
6.3 A boa-fé como fundamento e o seu papel no caráter dinâmico da relação obrigacional.....	165
6.3.1 A boa-fé como cláusula geral e a sua influência sobre a obrigação.....	165
6.3.2 Acepções da boa-fé objetiva.....	167
6.3.3 A boa-fé e o princípio da dignidade da pessoa humana.....	169
6.3.4 As funções da boa-fé no Código Civil.....	170
6.3.5 A boa-fé objetiva no CPC/15.....	176
7. As obrigações contratuais e a lei da liberdade econômica (lei n. 13.874/19).....	178

Capítulo II ► Modalidades de Obrigações I – Classificação quanto ao Objeto	185
1. Introdução.....	186
2. Classificação quanto ao objeto.....	191
2.1 Obrigação de dar e de restituir.....	191
2.1.1 A obrigação de dar como processo.....	193
2.1.2 Obrigação de dar coisa certa.....	195
2.1.2.1 A teoria dos riscos.....	197
2.1.3 Obrigação de dar coisa incerta.....	206
2.1.3.1 Generalidades.....	206
2.1.3.2 O processo obrigacional das dívidas genéricas.....	209
2.1.4 A desmaterialização das obrigações de dar.....	213
2.2 Tutela processual das obrigações de dar coisa certa e coisa incerta.....	214
2.2.1 A execução das obrigações pecuniárias.....	221
2.2.2 O Cumprimento da sentença.....	221
2.2.3 A Execução Autônoma.....	224
2.2.4 O Procedimento Monitório.....	228
2.3 Obrigação de fazer.....	232
2.3.1 Generalidades.....	232
2.3.2 A impossibilidade e o inadimplemento da obrigação de fazer.....	238
2.3.3 A obrigação de fazer nas relações de consumo.....	241
2.4 Obrigação de não fazer.....	243
2.4.1 Generalidades.....	243
2.4.2 A impossibilidade e o inadimplemento da obrigação de não fazer.....	248

2.5	Tutela processual das obrigações de fazer e não fazer	251
2.5.1	Noções Gerais.....	251
2.5.2	O Cumprimento da Sentença	254
2.5.3	A Execução das Obrigações de Fazer e Não Fazer	265
Capítulo III ► Modalidades de Obrigações II – Classificação quanto aos Elementos		269
1.	Obrigações alternativas.....	270
1.1	Noções preliminares	270
1.2	Concentração	275
1.3	A obrigação alternativa como processo.....	278
1.4	Impossibilidade das prestações.....	280
2.	Obrigações facultativas	283
2.1	Questões Processuais Relativas às Obrigações Alternativas e Facultativas.....	287
3.	Obrigações cumulativas.....	289
4.	Obrigações fracionárias (conjuntas).....	291
5.	Obrigações divisíveis e indivisíveis.....	293
5.1	Introdução	293
5.2	Noções gerais sobre a indivisibilidade.....	294
5.3	A indivisibilidade e as modalidades de obrigações	297
5.4	Efeitos da indivisibilidade das obrigações.....	299
6.	Obrigações solidárias	302
6.1	Noções gerais.....	302
6.2	Distinções entre a solidariedade e a indivisibilidade.....	313
6.3	Solidariedade ativa	316
6.3.1	Noções Gerais.....	316
6.3.2	A Solidariedade Ativa e a Coisa Julgada.....	320
6.4	Solidariedade passiva	321
6.4.1	Noções gerais	321
6.4.2	Remissão e renúncia à solidariedade.....	328
6.4.3	A expansão da solidariedade passiva na reparação de danos injustos	330
6.4.3.1	Relações entre a vítima e os responsáveis.....	330
6.4.3.2	Vínculo interno entre os próprios responsáveis	335
6.4.4	A solidariedade passiva e o débito alimentar	336
6.4.5	A solidariedade cambiária	339
6.4.6	A solidariedade passiva e o chamamento ao processo.....	341
Capítulo IV ► Modalidades de Obrigações III – Classificação quanto à Exigibilidade e ao Conteúdo.....		345
1.	Classificação quanto à exigibilidade.....	346
1.1	Obrigações civis e obrigações naturais	346
1.2	Regime das obrigações naturais.....	348
1.3	Espécies de obrigações naturais.....	352
1.3.1	Obrigações de trato social.....	352
1.3.2	Obrigações fundadas em imperativos morais	355
1.4	Natureza jurídica da obrigação natural	359

1.4.1	A obrigação natural como obrigação imperfeita	360
1.4.2	A obrigação natural como dever extrajurídico.....	361
1.4.3	A obrigação natural como relação juridicamente relevante	362
2.	Classificação quanto ao conteúdo	363
2.1	Obrigações de meio e de resultado.....	363
2.2	A relevância da classificação	368
2.3	A dicotomia à luz da boa-fé objetiva.....	372
2.4	Obrigações de meio e de resultado no CDC.....	373
2.5	Obrigações de garantia	375

Capítulo V ► Da Transmissão das Obrigações 379

1.	Introdução.....	380
1.1	Vicissitudes da obrigação	380
1.2	O crédito como objeto do tráfego jurídico.....	381
2.	Cessão de crédito.....	385
2.1	Noções gerais.....	385
2.2	Regime jurídico	388
2.3	Efeitos da cessão de crédito.....	397
2.4	Distinções entre a cessão de crédito e outros modelos jurídicos.....	404
2.4.1	A cessão de crédito e a novação.....	405
2.4.2	A cessão de crédito e a sub-rogação	405
3.	Assunção de dívida	407
3.1	Conceito e noções gerais.....	407
3.2	Modalidades de assunção de dívida.....	408
3.3	Requisitos da assunção de dívida	414
3.4	Efeitos da assunção de dívida.....	418
3.5	Distinções com modelos jurídicos afins.....	420
4.	Cessão de contrato ou cessão da posição contratual	422
4.1	Noções gerais.....	422
4.2	Requisitos	426
4.3	Efeitos.....	430
4.4	Distinções com outros modelos jurídicos	430
5.	Outras formas de transmissão das obrigações	432
5.1	Linhas gerais.....	432
5.2	Usufruto de créditos	433
5.3	Penhor de créditos.....	433
5.4	Cessão da garantia sobre o crédito.....	435
5.5	Endosso	436

Capítulo VI ► Do Adimplemento e da Extinção das Obrigações I..... 439

1.	Introdução	440
1.1	Premissas metodológicas	440
1.2	O adimplemento como modo de satisfação do interesse do credor.....	443
1.3	Natureza jurídica do adimplemento	446
1.4	O pagamento é somente um dever, ou também é um direito do credor?	448
1.5	Princípios norteadores do adimplemento	451

1.5.1	Princípio da pontualidade	451
1.5.2	Princípio da boa-fé objetiva	452
2.	Requisitos subjetivos do pagamento	455
2.1	Quem paga – o <i>solvens</i>	455
2.1.1	Noções gerais	455
2.1.2	O terceiro interessado	457
2.1.3	O terceiro não interessado	459
2.2	Quem recebe – o <i>accipiens</i>	464
3.	Requisitos objetivos do pagamento	470
3.1	Do objeto do pagamento	470
3.2	Da prova do pagamento	481
3.3	Local do pagamento	487
3.3.1	Regras Gerais	487
3.3.2	Aspectos Processuais	492
3.4	Tempo do pagamento	495

Capítulo VII ► Do Adimplemento e da Extinção das Obrigações II – Modalidades Especiais de Pagamento 503

1.	Introdução	504
2.	Pagamento em consignação	505
2.1	Fundamentos da consignação	505
2.2	Modalidades de depósito	507
2.3	Hipóteses de admissão da consignação	509
2.4	Pressupostos da consignação	514
2.5	Questões polêmicas do depósito	520
3.	Pagamento com sub-rogação	524
3.1	Noções introdutórias	524
3.2	Espécies de sub-rogação	525
3.3	Eficácia da sub-rogação	530
3.4	Tutela processual da sub-rogação	532
4.	Imputação do pagamento	534
4.1	Considerações introdutórias	534
4.2	Elementos da imputação do pagamento	535
5.	Dação em pagamento	539
5.1	Noções gerais	539
5.2	Requisitos	539
5.3	Aspectos relevantes	542
6.	Novação	544
6.1	Noções gerais	544
6.2	Pressupostos da novação	545
6.3	Modalidades	548
6.4	Efeitos	553
7.	Compensação	555
7.1	Noções gerais	556
7.2	Espécies	556
7.3	Limites à compensação	561

8. Confusão.....	566
8.1 Noções gerais.....	567
8.2 Requisitos.....	568
8.3 Efeitos.....	570
9. Remissão.....	571
9.1 Linhas gerais.....	571
9.2 Características.....	572
9.3 Efeitos.....	574

Capítulo VIII ► Do Inadimplemento das Obrigações I..... 577

1. O inadimplemento e as obrigações complexas.....	578
2. O inadimplemento como gênero.....	580
3. O inadimplemento e a dignidade da pessoa humana.....	582
4. As distinções entre a responsabilidade civil e a responsabilidade negocial (inadimplemento).....	587
4.1 O concurso de responsabilidades.....	594
4.2 A responsabilidade pela confiança – a superação da clássica dicotomia responsabilidade negocial e extranegocial.....	597
5. Espécies de inadimplemento.....	600
5.1 Inadimplemento absoluto.....	601
5.1.1 Inadimplemento por fato relativo ao objeto da prestação.....	603
5.1.2 Inadimplemento por fato relativo ao interesse do credor.....	604
5.1.3 O caso fortuito e a força maior.....	606
5.1.4 A resolução da obrigação pelo inadimplemento.....	608
5.1.5 Inadimplemento mínimo.....	610
5.2 Mora.....	613
5.2.1 Mora do devedor.....	615
5.2.2 Mora do credor.....	619
5.2.3 Constituição em mora.....	624
5.2.4 Purgação da mora.....	632
5.3 Violação positiva do contrato.....	637

Capítulo IX ► Do Inadimplemento das Obrigações II – Consequências do Inadimplemento das Obrigações..... 643

1. Perdas e danos.....	644
1.1 Noções gerais.....	644
2. Dano patrimonial.....	650
2.1 O dano emergente.....	650
2.2 O Lucro cessante.....	655
2.3 A perda de uma chance.....	661
2.3.1 Perda de uma chance de obtenção de futura vantagem.....	663
2.3.2 Perda de uma chance de se evitar um prejuízo.....	667
2.3.3 Perda de uma chance como espécie de dano emergente.....	670
2.4 Dano moral negocial.....	672
3. Juros.....	677
3.1 Noções introdutórias.....	677

3.2	Os juros moratórios no Código Civil	678
3.3	Os juros compensatórios no Código Civil	685
3.4	Os juros e as instituições financeiras	688
3.5	A capitalização dos juros.....	691
4.	Cláusula penal	695
4.1	Introdução.....	695
4.2	Natureza	696
4.2.1	Acessoriedade	696
4.2.2	Obrigação facultativa.....	696
4.2.3	Negócio jurídico de garantia	697
4.2.4	Sujeitos da cláusula penal.....	697
4.2.5	Objeto da cláusula penal.....	697
4.3	Modalidades.....	698
4.3.1	Cláusula penal compensatória.....	698
4.3.2	Cláusula penal moratória	698
4.4	Funções.....	699
4.4.1	Função indenizatória.....	700
4.4.2	Função coercitiva.....	700
4.5	A Superação do Modelo Unitário da Cláusula Penal	701
4.5.1	O modelo unitário	701
4.5.2	Um novo olhar sobre a cláusula penal.....	701
4.5.3	A implosão do modelo unitário no perfil funcional das obrigações	702
4.6	Espécies de cláusula penal.....	703
4.6.1	A cláusula penal <i>stricto sensu</i>	703
4.6.2	A cláusula penal de prefixação de indenização	704
4.7	Interpretação da cláusula penal	705
4.8	Eficácia da Cláusula Penal.....	706
4.8.1	A constatação do dano	706
4.8.2	A reparação pelo dano excedente	709
4.8.3	A exigibilidade da pena convencional	710
4.8.4	O direito à pena e a resolução do contrato	711
4.9	Delimitação Perante Modelos Jurídicos Próximos.....	712
4.9.1	A obrigação alternativa.....	712
4.9.2	A multa penitencial.....	713
4.9.3	A cláusula de limitação de indenização.....	713
4.9.4	A cláusula de garantia	714
4.9.5	Arras.....	714
4.9.5.1	Arras confirmatórias.....	715
4.9.5.2	Arras penitenciais.....	715
4.9.6	Astreintes.....	716
4.10	A Cláusula Penal como Pena Privada	717
4.11	O Controle da Cláusula Penal.....	720
4.11.1	A redução judicial da cláusula penal.....	721
4.11.2	O agravamento judicial das penas irrisórias	724
4.11.3	O controle normativo da cláusula penal	725
4.12	Cláusula Penal e Relações de Consumo.....	725

4.12.1	A caracterização da cláusula abusiva.....	725
4.12.2	A cláusula de decaimento.....	728
4.12.3	A cláusula penal em favor do consumidor.....	730
4.12.4	O controle dos contratos de adesão entre particulares	731
5.	Arras.....	733
5.1	Noções introdutórias	733
5.2	Arras confirmatórias.....	734
5.3	Arras penitenciais.....	736
Capítulo X ► Enriquecimento Sem Causa		739
1.	Noções gerais.....	739
1.1	O enriquecimento sem causa no direito brasileiro	748
1.1.1	O Código Civil de 1916.....	748
1.1.2	O Código Civil de 2002.....	749
1.2	Um problema de terminologia: enriquecimento ilícito, enriquecimento sem causa e ilícito civil	752
2.	O enriquecimento sem causa como princípio.....	754
2.1	Introdução.....	754
2.2	Desdobramentos do enriquecimento sem causa como princípio	758
2.2.1	O enriquecimento sem causa e a fixação das indenizações.....	758
2.2.2	O enriquecimento sem causa e os negócios jurídicos.....	763
2.2.2.1	O retorno ao status quo nos casos de invalidade.....	763
2.2.2.2	O enriquecimento sem causa e o desequilíbrio econômico	765
2.2.3	O enriquecimento sem causa e a cláusula penal	768
3.	O enriquecimento sem causa como fonte de obrigações.....	771
3.1	Introdução.....	771
3.2	Desdobramentos do enriquecimento sem causa como fonte de obrigações.....	772
3.2.1	O enriquecimento sem causa decorrente de um comportamento do enriquecido	772
3.2.1.1	Enriquecimento obtido mediante fato injusto	772
3.2.2	O enriquecimento sem causa decorrente de um comportamento do empobrecido	774
3.2.2.1	O enriquecimento por prestação do empobrecido propriamente dito	775
3.2.2.2	O enriquecimento imposto	776
3.2.3	O enriquecimento decorrente de prestação de terceiro.....	777
4.	Pressupostos de configuração do enriquecimento sem causa	778
4.1	O enriquecimento.....	779
4.2	O empobrecimento (“à custa de outrem”).....	780
4.3	O nexo de causalidade.....	781
4.4	A ausência de justa causa.....	782
4.5	A ação de enriquecimento e a controvérsia acerca da subsidiariedade.....	784
5.	O enriquecimento sem causa e os institutos do pagamento indevido e da gestão de negócios.....	787
6.	Referências.....	790
Bibliografia		791

Cristiano Chaves de Farias
Nelson Rosenvald

Curso de **DIREITO
CIVIL**

14^a

Edição

REVISTA
ATUALIZADA
AMPLIADA

Contratos

4

2024



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Futura (rogerio@futuraeditoracao.com)

Capa: Ana Caquetti

F224c Farias, Cristiano Chaves de
Curso de Direito Civil – v.4 – Contratos / Cristiano Chaves de Farias e Nelson
Rosenvald – 14.ed., rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Juspodivm, 2024.
1.568 p. (Coleção Cursos)

Inclui Bibliografia
ISBN: 978-85-442-4935-2

1. Direito Civil. I. Farias, Cristiano Chaves de. II. Rosenvald, Nelson. III. Título.

CDD 342.1

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Moisés – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

Palavras Prévias – 14ª edição	25
Prefácio	27

Parte I Dos Contratos em Geral

Capítulo I ► Introdução à Teoria Geral dos Contratos	31
1. O direito civil constitucional.....	32
1.1 O direito civil na feição liberal.....	32
1.2 A humanização do direito civil	34
1.3 A eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas	37
1.4 Perspectivas para o direito civil.....	40
2. O contrato e a Constituição Federal.....	42
2.1 A materialização dos contratos.....	43
2.2 A liberdade contratual hoje: duas vertentes.....	45
2.2.1 A liberdade contratual como binômio autodeterminação justiça contratual.....	46
2.2.2 A liberdade contratual como elemento da ordem de concorrência e a Lei da Liberdade Econômica (Lei n. 13.874/19).....	47
2.2.3 A pluralidade de dimensões funcionais do contrato	50
3. Contrato: evolução, conceito, local e tempo.....	53
3.1 A evolução e o conceito do contrato.....	53
3.2 Localização do contrato no direito civil.....	62
3.3 O tempo do contrato.....	70
3.3.1 A escada ponteana.....	70
3.3.2 O direito intertemporal dos contratos.....	73
3.3.3 O direito intertemporal e Covid.....	77
Capítulo II ► A Formação dos Contratos	81
1. A formação dos contratos paritários.....	82
1.1 Noções iniciais.....	82
1.2 Estrutura da formação do contrato no Código Civil.....	83
1.2.1 Negociações preliminares e a responsabilidade pré-contratual	84
1.2.2 Proposta e aceitação	90
1.2.3 A aceitação tácita e pelo silêncio.....	100

1.3 Tempo e local de conclusão do contrato paritário.....	105
2. A formação dos contratos massificados.....	107
2.1 Oferta nos contratos civis de adesão.....	107
2.2 Formação do contrato no Código de Defesa do Consumidor.....	110
2.3 Formação do contrato e superendividamento.....	122
2.4 Formação do contrato eletrônico.....	127
2.5 Formação dos <i>smart contracts</i>	136
3. Contrato preliminar.....	141
3.1 Noções gerais.....	141
3.2 Regime jurídico.....	145
3.3 A promessa de doação.....	154
3.4 A eficácia real do contrato preliminar.....	158
3.5 O contrato preliminar impróprio	161
Capítulo III ► A Principiologia Contratual	167
1. Noções iniciais	167
2. O princípio da autonomia privada	170
2.1 Da autonomia da vontade à autonomia privada	170
2.2 A autonomia privada como cerne do negócio jurídico.....	176
2.3 A autonomia contratual e a autonomia existencial.....	179
2.4 A nova força obrigatória dos contratos	187
2.4.1 O papel da lei.....	189
2.4.2 O papel do juiz.....	191
3. O princípio da boa-fé objetiva.....	195
3.1 A boa-fé histórico.....	195
3.2 Noções preliminares.....	198
3.3 A boa-fé como modelo no Código Civil	204
3.4 Os deveres de conduta	207
3.4.1 A função integrativa da boa-fé	208
3.4.2 A cláusula geral do art. 422 do Código Civil.....	210
3.4.3 As funções dos deveres de conduta.....	212
3.4.4 Violação positiva do contrato.....	219
3.5 A boa-fé e o abuso do direito	221
3.5.1 Limites internos ao exercício de direitos subjetivos.....	225
3.5.2 Categorias de exercícios abusivos do direito.....	228
3.5.2.1 Desleal exercício de direitos – O Adimplemento Substancial	228
3.5.2.2 Desleal não exercício de direitos: venire contra factum proprium; sup- pressio e surrectio	231
3.5.2.3 Desleal constituição de direitos – tu quoque.....	236
3.5.2.4 O Dever de Mitigar o Próprio Prejuízo – Duty to mitigate the own loss.....	238
3.6 A boa-fé e o princípio da solidariedade.....	241
3.7 A boa-fé e o princípio da dignidade da pessoa humana.....	245
3.8 A boa-fé objetiva no CPC/15	246
3.9 A boa-fé objetiva e a Covid-19	248
3.10 A boa-fé e o superendividamento: Lei 14.181/2021	251

4. A função social do contrato.....	256
4.1 A funcionalização do negócio jurídico.....	256
4.2 A função social do contrato como causa do negócio jurídico e a Lei da Liberdade Econômica (13.874/19).....	259
4.3 A essência do art. 421-A do Código Civil.....	263
4.4 A função social interna do contrato.....	268
4.4.1 A função social interna do contrato e a dignidade da pessoa humana.....	272
4.5 A função social externa do contrato.....	274
4.5.1 O contrato ofensivo a interesses metaindividuais.....	276
4.5.2 O terceiro ofendido.....	279
4.5.3 O terceiro ofensor.....	285
4.6 Estado da arte.....	292
5. Justiça contratual.....	293
5.1 Noções gerais.....	293
5.2 O equilíbrio contratual.....	298
5.2.1 A lesão.....	300
5.2.2 Da alteração das circunstâncias.....	305
5.2.2.1 A revisão pelo superendividamento: Lei 14.181/21.....	313
5.2.2.2 A revisão e o Coronavírus.....	319
5.2.3 A cláusula de hardship.....	321
6. A principiologia contratual na lei da liberdade econômica.....	324
6.1. Breve referência à função social do contrato no cenário de pandemia.....	330

Capítulo IV ► Classificação e Qualificação dos Contratos..... 335

1. Classificação estrutural dos contratos.....	335
1.1 As dicotomias clássicas.....	335
1.2 Classificações tradicionais.....	337
1.2.1 Contratos bilaterais (sinalagmáticos) e unilaterais.....	337
1.2.2 Contratos onerosos e gratuitos.....	341
1.2.3 Contratos comutativos e aleatórios.....	345
1.2.3.1 Noções gerais.....	345
1.2.3.2 A alienação aleatória.....	349
1.2.4 Contratos consensuais e reais.....	353
1.2.5 Contratos solenes e não solenes.....	355
1.2.6 Contratos instantâneos e contratos de duração.....	358
1.2.7 Contratos principais e acessórios.....	360
1.2.8 Contratos intuitu personae e impensoais.....	363
2. Classificação funcional dos contratos.....	365
2.1 Classificações do contrato contemporâneo.....	365
2.2 O contrato de consumo.....	368
2.2.1 Os três sujeitos contratuais.....	368
2.2.2 Contratos civis e contratos de consumo diálogo de fontes.....	371
2.2.2.1 A relação de Consumo na era da economia do compartilhamento ...	381
2.2.2.2 O consumidor e o superendividamento: Lei n. 14.181/21.....	385
2.3 Contratos empresariais e a Lei da Liberdade Econômica.....	399
2.4 O contrato de adesão.....	404
2.5 As cláusulas contratuais gerais.....	420

2.5.1	Noções gerais	420
2.5.2	Controle do conteúdo das cláusulas contratuais gerais.....	422
2.6	O contrato-tipo.....	432
2.7	Contratos coletivos e acordos normativos.....	434
2.8	Contratos coativos e necessários.....	436
2.8.1	A liberdade de contratar.....	436
2.8.2	A obrigação de contratar.....	437
2.9	O contrato relacional.....	443
2.10	O contrato associativo.....	448
2.11	O contrato eletrônico	450
2.11.1	Noções gerais.....	450
2.11.2	Despersonalização do contrato.....	453
2.11.3	Desmaterialização do contrato.....	455
2.11.4	Desterritorialização do contrato	455
2.11.5	Desconfiança do consumidor.....	457
2.12	Contratos inteligentes – <i>smart contracts</i>	459
2.13	Contratos cativos de longa duração.....	465
2.14	Contratos existenciais e o paradigma da essencialidade.....	469
2.14.1	Noções gerais.....	469
2.14.2	Evolução do conceito de bem jurídico.....	473
2.14.3	Evolução da função do patrimônio.....	475
2.14.4	O patrimônio mínimo existencial.....	476
2.14.5	O paradigma da essencialidade.....	478
2.14.6	O bem de família.....	481
2.14.7	O bem mínimo existencial	483
2.14.8	A ponderação entre a tutela do bem existencial e o direito ao crédito	485
2.14.9	Do bem de família aos bens mínimos existenciais	490
2.14.10	O mínimo existencial e o superendividamento	494
2.15	Contratos de direitos da personalidade.....	498
2.15.1	Noções gerais.....	498
2.15.2	Contrato de cessão de uso de imagem.....	503
2.15.3	Contrato de direitos autorais	506
2.15.4	Contrato de casamento.....	512
2.15.4.1	Casamento como contrato relacional	513
2.15.5	Os sponsais.....	516
2.15.6	Contrato de união estável	518
2.15.6.1	Contornos gerais	518
2.15.6.2	Celebração do contrato de convivência e modificabilidade.....	519
2.15.6.3	Eficácia do pacto convivencial	521
2.15.6.4	Conteúdo.....	522
2.15.7	O contrato de namoro e seus efeitos sobre a união estável.....	523
3.	Qualificação dos contratos.....	524
3.1	Qualificação e classificação dos contratos.....	524
3.2	Contratos típicos e atípicos	526
3.3	Contratos mistos e coligados.....	536
3.3.1	Contratos coligados e superendividamento	541
3.4	As redes contratuais	543

Capítulo V ► Da Interpretação do Contrato.....	551
1. Introdução.....	552
2. Os elementos estruturais do negócio jurídico.....	557
3. A posição adotada pelo Código Civil de 2002.....	559
3.1 A função interpretativa do art. 113 do Código Civil.....	562
3.2 O elemento consuetudinário na interpretação dos contratos.....	568
3.3 Interpretação dos negócios gratuitos.....	572
3.4 Interpretação da declaração tácita de vontade.....	573
4. Interpretação dos contratos Coligados.....	575
5. Interpretação dos contratos de massa.....	577
6. Interpretação contratual conforme a lei da liberdade econômica (Lei n. 13.874/19).....	586
Capítulo VI ► Cessão do Contrato.....	597
1. Noções gerais.....	598
2. Requisitos.....	604
3. Efeitos.....	607
4. Distinções com outros modelos jurídicos.....	608
5. O subcontrato.....	609
5.1 Noções gerais.....	609
5.2 Distinção entre o subcontrato e a cessão contratual.....	613
Capítulo VII ► Relatividade dos Contratos.....	615
1. Estipulação em favor de terceiro.....	616
1.1 Noções gerais.....	616
1.2 Regime jurídico.....	619
1.3 O pacto sucessório e a estipulação em favor de terceiro.....	623
2. Promessa de fato de terceiro.....	625
3. Contrato com pessoa a declarar.....	629
3.1 Noções gerais.....	629
3.2 Regime jurídico.....	631
Capítulo VIII ► Efeitos dos Contratos.....	637
1. Vícios redibitórios.....	637
1.1 Noções conceituais.....	637
1.2 Fundamentação jurídica dos vícios redibitórios.....	640
1.3 Requisitos para a caracterização dos vícios redibitórios.....	643
1.4 As ações edilícias.....	646
1.5 Os vícios redibitórios no CDC.....	653
1.6 Os vícios construtivos.....	664
1.7 A desmaterialização dos vícios redibitórios.....	672
2. Evicção.....	673
2.1 Noções conceituais.....	673
2.2 Fundamentação jurídica da garantia.....	677

2.3 Elementos da evicção	678
2.3.1 Privação do direito do adquirente.....	678
2.3.2 Preexistência do direito do terceiro.....	681
2.3.3 Privação judicial ou extrajudicial.....	685
2.3.4 A evicção e o princípio da concentração na matrícula imobiliária.....	687
2.4 Extensão da garantia.....	690
2.5 A denunciação da lide.....	697
Capítulo IX ► Extinção dos Contratos.....	703
1. Noções gerais.....	703
2. Extinção pelo regular cumprimento.....	705
2.1 Extinção normal do contrato na perspectiva da obrigação simples.....	705
2.2 Extinção normal do contrato na perspectiva da obrigação complexa.....	706
3. Extinção pela inexistência e pela invalidade.....	707
4. Extinção pela ineficácia.....	710
4.1 A cláusula resolutiva expressa.....	713
4.2 A cláusula de arrependimento.....	719
4.3 Resilição.....	721
4.3.1 Distrato ou resilição bilateral.....	722
4.3.2 Resilição unilateral.....	725
4.4 Rescisão.....	736
4.5 Resolução.....	738
4.5.1 Natureza da resolução.....	739
4.5.2 A impossibilidade superveniente da prestação e força maior.....	742
4.5.3 A extinção dos interesses objetivos do credor.....	752
4.5.3.1 Inexecução voluntária.....	758
4.5.3.2 Inexecução involuntária.....	759
4.5.3.3 A resolução de contratos de incorporação imobiliária – A Lei n. 13.786/18.....	760
4.5.4 A violação positiva do contrato (ou cumprimento imperfeito do contrato).....	765
4.5.5 O adimplemento substancial.....	766
4.5.6 O inadimplemento antecipado.....	769
4.5.7 O cumprimento dos deveres anexos pelo credor.....	772
4.6 A resolução por alteração superveniente das circunstâncias.....	773
4.7 A resolução pela frustração do fim do contrato.....	796
4.8 Extinção por morte de um dos contratantes.....	800
5. A exceção de contrato não cumprido.....	802
5.1 Noções gerais.....	802
5.2 O risco de descumprimento.....	810
5.3 A <i>exceptio</i> nos contratos administrativos.....	814

Parte II

Contratos em Espécie

Capítulo I ► Contrato de Compra e Venda	819
1. Noções gerais e quadro evolutivo da compra e venda.....	819
2. O regimento dualista da compra e venda: uma breve introdução à CISG.....	823

3. Noções conceituais e a natureza obrigacional.....	827
4. Classificação do contrato de compra e venda.....	831
5. Elementos essenciais da compra e venda.....	836
5.1 Generalidades	836
5.2 Consentimento.....	836
5.3 Preço.....	863
5.4 Coisa (objeto da compra e venda)	872
6. Efeitos jurídicos decorrentes da compra e venda.....	874
6.1 Prolegômenos.....	874
6.2 Responsabilidade do vendedor pelos vícios redibitórios e pela evicção.....	876
6.3 Responsabilidade pela perda ou deterioração (pericimento) da coisa adquirida.....	877
6.4 Responsabilidade pelas despesas	880
7. Situações especiais de compra e venda.....	882
7.1 Noções gerais	882
7.2 Venda por amostras.....	882
7.3 Venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i>	885
8. Cláusulas especiais (adjetas) na compra e venda	891
8.1 Generalidades	891
8.2 Retrovenda	893
8.3 Venda a contento e venda sujeita à prova.....	897
8.4 Preempção ou preferência convencional.....	901
8.5 Reserva de domínio.....	908
8.6 Venda sobre documentos.....	913
9. Venda de bens públicos.....	916
Capítulo II ► Contrato de Troca ou Permuta	919
1. Prolegômenos sobre a troca ou permuta	920
2. Noções conceituais e elementos caracterizadores.....	922
3. Classificação do contrato de troca ou permuta.....	923
4. A permuta de valores desiguais (permuta com saldo).....	925
5. Aplicação das regras da compra e venda.....	927
6. Permuta de bens públicos	930
7. Promessa de Permuta	931
Capítulo III ► Contrato Estimatório ou Consignatório.....	933
1. Noções conceituais sobre a venda por consignação.....	933
2. Elementos caracterizadores	936
3. Classificação.....	941
4. Natureza jurídica da obrigação do consignatário: obrigação facultativa ou alternativa?.....	942
5. Inversão da teoria dos riscos.....	944
6. O desfazimento do contrato estimatório e a proteção do terceiro adquirente de boa-fé	945
7. Causas extintivas do contrato e os efeitos da eventual falência do consignatário.....	946
Capítulo IV ► Contrato de Doação	949
1. Generalidades sobre a doação.....	950

2. Noções conceituais e características fundamentais.....	951
3. Classificação do contrato de doação.....	956
4. A promessa de doação.....	960
5. Elementos componentes do contrato de doação.....	962
5.1 Prolegômenos.....	962
5.2 O sujeito.....	963
5.3 O objeto.....	966
5.4 Mútuo consentimento.....	970
5.5 Forma.....	972
6. Vedações legais à doação.....	973
6.1 Noções gerais.....	973
6.2 Proibição de doação universal.....	973
6.3 Proibição de doação inoficiosa.....	976
6.4 Proibição de doação ao cônjuge adúltero (vedação de doação à concubina).....	981
6.5 Proibição de doação pelo devedor insolvente.....	985
7. Situações especiais de doação.....	986
7.1 Generalidades.....	986
7.2 Doação pura e simples e doação com condição (condicional), a termo ou com encargo (modal).....	986
7.3 A possibilidade de cláusulas restritivas na doação.....	989
7.3.1 Generalidades.....	989
7.3.2 Mitigação das cláusulas restritivas.....	991
7.3.3 Extensão temporal da cláusula restritiva.....	994
7.4 Doação remuneratória.....	995
7.5 Doação mista.....	996
7.6 Doação contemplativa ou meritória.....	997
7.7 Doação conjuntiva ou em comum a mais de uma pessoa.....	997
7.8 Doação de ascendente para descendente.....	998
7.9 Doação para entidade futura.....	1001
7.10 Doação em contemplação de casamento futuro com pessoa certa e determinada (doação <i>propter nuptias</i>).....	1002
8. Doação de bens públicos.....	1002
9. Revogação da doação.....	1004
9.1 A extinção da doação.....	1004
9.2 A revogação da doação.....	1005
9.3 Irrenunciabilidade antecipada do direito de revogar a doação.....	1006
9.4 Revogação da doação por descumprimento do encargo.....	1007
9.5 Revogação da doação por ingratidão do donatário.....	1010
Capítulo V ► Contratos de Empréstimo: Comodato e Mútuo.....	1017
1. Noções conceituais sobre o empréstimo como uma figura contratual.....	1017
2. O comodato.....	1019
2.1 Noções conceituais.....	1019
2.2 Elementos caracterizadores do comodato.....	1023
2.3 Prazo do empréstimo.....	1027

2.4 Classificação do comodato	1030
2.5 Promessa de comodato (<i>pactum de commodando</i>)	1032
2.6 Obrigações do comodatário	1033
2.7 Obrigações do comodante	1037
2.8 Comodato de bem público	1038
2.9 Teoria dos riscos no contrato de comodato	1039
2.10 Extinção do comodato	1040
3. O mútuo	1041
3.1 Noções conceituais	1041
3.2 Elementos caracterizadores do mútuo	1043
3.3 Capacidade das partes envolvidas e o mútuo feito a um menor (<i>Senatus Consulto Macedoniano</i>)	1045
3.4 Classificação do mútuo	1047
3.5 Prazo do contrato de mútuo	1049
3.6 Mútuo em dinheiro (mútuo feneraticio)	1050
3.7 Extinção	1059
Capítulo VI ► Contrato de Prestação de Serviços	1063
1. Breve introdução à prestação de serviços humanos	1063
2. Noções conceituais da prestação de serviços e suas características: os confins divisórios com os contratos de trabalho, de empreitada e de consumo	1067
3. Classificação do contrato de prestação de serviços	1075
4. Objeto da prestação de serviços	1079
5. Remuneração do prestador de serviços	1082
5.1 Generalidades	1082
5.2 Arbitramento da remuneração pelo juiz	1083
5.3 Remuneração acima do décuplo do salário-mínimo e a (des)necessidade de prova escrita	1084
5.4 Periodicidade da remuneração	1085
5.5 Compensação ao prestador de serviço não habilitado profissionalmente	1086
6. Prazo de duração da prestação de serviços	1088
7. Aliciamento do prestador de serviços	1091
8. Obrigações recíprocas na prestação de serviços	1095
9. Competência da Justiça do Trabalho para dirimir conflitos decorrentes da prestação de serviços	1096
10. Extinção do contrato de prestação de serviços e o direito à certificação	1098
Capítulo VII ► Contrato de Empreitada	1103
1. Prolegômenos sobre a empreitada	1104
2. Noções conceituais sobre a empreitada e distinções relevantes	1106
2.1 Tentativa conceitual	1106
2.2 O objeto da empreitada	1108
2.3 Possibilidade de caracterização da empreitada como relação consumerista	1109
3. Classificação do contrato de empreitada, a possibilidade de subempreitada e os efeitos da morte do empreiteiro	1110

4	Espécies de empreitada	1116
4.1	Generalidades	1116
4.2	Empreitada de labor ou de mão de obra	1117
4.3	Empreitada de materiais ou mista	1119
4.4	Empreitada por administração	1121
4.5	Engineering	1122
4.6	Empreitada sempre como obrigação de resultado.....	1123
5.	O preço da empreitada.....	1123
5.1	Noções gerais sobre o preço	1123
5.2	Espécies de empreitada em relação ao preço	1124
5.3	Empreitada por preço determinado.....	1124
5.4	Empreitada por unidade de medida.....	1127
5.5	Pagamento do empreiteiro e prazo prescricional para cobrança de sua remuneração	1128
6.	O recebimento da obra	1129
7.	Prazo de garantia e responsabilidade do empreiteiro.....	1132
7.1	Responsabilidade do empreiteiro pela segurança e pela solidez da obra entregue ao proprietário.....	1132
7.2	Responsabilidade do empreiteiro quando a relação é consumerista	1137
7.3	Responsabilidade do empreiteiro perante terceiros pelo fato da coisa (responsabilidade pela ruína do prédio construído)	1139
8.	Competência judicial para processar e julgar eventuais conflitos decorrentes da empreitada...	1140
9.	Proteção do direito autoral ao projeto de construção.....	1143
10.	Suspensão do contrato de empreitada.....	1147
11.	Extinção do contrato de empreitada	1151

Capítulo VIII ► Contrato de Depósito 1153

1.	Generalidades sobre o depósito.....	1153
2.	Noções conceituais e características fundamentais.....	1156
3.	Classificação do contrato de depósito.....	1160
4	Objeto do depósito	1163
5.	Espécies de depósito	1168
6.	Aplicação da teoria dos riscos.....	1175
7.	Obrigações das partes	1176
7.1	Obrigações do depositante.....	1176
7.2	Obrigações do depositário e a ação de depósito.....	1177
8.	A situação atual da prisão civil do depositário infiel (o controle de convencionalidade do art. 652 do Código Civil).....	1180

Capítulo IX ► Contrato de Mandato..... 1187

1.	Prolegômenos sobre o mandato.....	1187
2.	Noções conceituais e características fundamentais.....	1189
3.	Distinções fundamentais: o mandato, a representação e a procuração.....	1191
4.	Classificação do contrato de mandato	1196
5.	Objeto do contrato de mandato	1202

6. Sujeitos do contrato de mandato.....	1204
6.1 Generalidades.....	1204
6.2 Mandato conjunto ou simultâneo.....	1205
6.3 Responsabilidade solidária no mandato.....	1206
7. O substabelecimento.....	1206
8. Atuação das partes (mandante e mandatário).....	1210
8.1 Obrigações do mandante.....	1210
8.2 Obrigações do mandatário.....	1211
8.3 O abuso do poder e o excesso de poder pelo mandatário.....	1212
9. Mandato e terceiros de boa-fé (o mandato aparente).....	1214
10. Espécies de mandato.....	1217
11. (Ir)revogabilidade do mandato.....	1218
12. Mandato (procuração) em causa própria.....	1222
13. Extinção do contrato de mandato.....	1224

Capítulo X ► Contrato de Corretagem..... 1229

1. Generalidades sobre a corretagem.....	1229
2. Noções conceituais e distinções relevantes com outras figuras jurídicas.....	1231
3. Classificação.....	1234
4. Espécies de corretagem.....	1239
5. A remuneração do corretor.....	1243
6. A natureza da obrigação do corretor: de meio ou de resultado?.....	1254
7. Obrigações do corretor no âmbito do contrato de corretagem.....	1256
8. Aspectos processuais e competência judicial.....	1258

Capítulo XI ► Contrato de Locação..... 1263

1. Breve histórico.....	1263
2. A locação na sociedade de mercado.....	1266
3. Campo de incidência das normas contidas no código civil sobre o contrato de locação.....	1269
4. Elementos contratuais.....	1276
4.1 Cessão do uso e gozo.....	1277
4.2 Coisa fungível.....	1279
4.3 Retribuição (aluguel).....	1280
4.4 Temporariedade (prazo).....	1286
5. Classificação do contrato de locação.....	1287
6. Obrigações dos contratantes.....	1291
6.1 Obrigações do locador.....	1291
6.2 Obrigações do locatário.....	1299
7. A possibilidade de inserção de cláusulas de acordo de procedimento nos contratos de locação (negócios jurídicos processuais atípicos).....	1306
8. Extinção da locação.....	1307
8.1 Extinção da locação com prazo.....	1307
8.2 Extinção da locação sem prazo.....	1310

8.3 Extinção pela venda do bem locado.....	1313
8.4 Extinção pelo inadimplemento	1315
8.5 Extinção pela morte de uma das partes.....	1316

Capítulo XII ► Contrato de Fiança..... 1319

1. Introdução ao estudo das garantias creditícias	1319
2. Noções gerais do contrato de fiança.....	1325
3. Características primordiais.....	1332
4. Regramento da fiança.....	1339
5. Eficácia da fiança.....	1343
6. Extinção da fiança.....	1352
6.1 Decurso do prazo e exoneração do fiador.....	1352
6.2 Morte do fiador	1356
6.3 Causas imputáveis ao credor.....	1358
6.4 Causas extintivas diretas genéricas	1362
6.5 Causas extintivas indiretas.....	1363

Capítulo XIII ► Contrato de Comissão 1367

1. Notas introdutórias à comissão.....	1367
2. A natureza <i>intuitu personae</i> e os sujeitos contratuais	1369
2.1 O comitente	1371
2.2 O comissário	1372
2.3 O terceiro.....	1375
3. Características.....	1375
4. Deveres do comitente e do comissário.....	1377
4.1 A atuação em conformidade com ordens e instruções.....	1378
4.2 Deveres de cuidado e diligência.....	1381
4.3 A cláusula del credere.....	1382
5. Espécies.....	1383
5.1 Comissão consigo mesmo.....	1383
5.2 Comissão com consignação.....	1384
6. Notas conclusivas	1384

Capítulo XIV ► Contratos de Agência e Distribuição..... 1387

1. Introdução aos contratos de agência e distribuição	1387
1.1 O contrato de agência.....	1389
1.2 O contrato de distribuição.....	1394
2. Diferenças quanto à representação autônoma.....	1397
3. Direitos e deveres das partes.....	1399
3.1 Do proponente	1399
3.2 Do agente ou distribuidor	1400
4. Extinção contratual.....	1403
5. Notas conclusivas.....	1407

Capítulo XV ▶ Contrato de Transporte.....	1409
1. Notas introdutórias, conceito e funções	1409
2. Natureza jurídica e especificidades	1410
3. Subespécies do contrato de transporte	1416
4. O transporte de cortesia	1417
5. O transporte de pessoas	1420
6. O transporte de coisas	1430
6.1 Frete	1440
7. Notas conclusivas	1441
Capítulo XVI ▶ Contrato de Seguro	1443
1. Notas introdutórias e a evolução dos seguros	1443
2. Natureza jurídica e principais características	1445
2.1 A apólice de seguro	1449
2.2 Cosseguro, resseguro e seguro em favor de terceiro.....	1452
2.3 Peculiaridades do risco e as obrigações entre as partes	1455
2.4 Sinistro, pagamento e prescrição	1465
3. O seguro de dano	1472
3.1 Escopo, vigência e o teto indenizatório	1473
3.2 Transferência a terceiro	1479
3.3 Sub-rogação, perdas e danos e indenização pelo sinistro	1480
4. O seguro de pessoa.....	1489
4.1 O beneficiário	1492
4.2 Características e peculiaridades	1495
4.3 Suicídio do segurado	1498
4.4 Atividades de risco realizadas pelo segurado	1500
4.5 Sub-rogação e outras características	1501
4.6 A Lei 14.430/22: Marco Legal da Securitização.....	1502
Capítulo XVII ▶ Contrato de Constituição de Renda	1507
1. Considerações introdutórias	1507
2. Partes	1509
2.1 O instituidor, rentista ou censuista	1509
2.2 O rendeiro ou censatário.....	1511
2.3 O terceiro ou beneficiário	1511
3. Características	1512
4. Modos de constituição	1514
5. Formas de extinção	1516
6. Notas conclusivas	1519
Capítulo XVIII ▶ Do Jogo e da Aposta	1521
1. Introdução	1521
2. Conceituação e âmbito de incidência	1522

2.1 Contrato de jogo.....	1522
2.2 Contrato de aposta.....	1524
3. Natureza jurídica.....	1524
4. Características e efeitos	1526
5. Notas conclusivas.....	1530

Capítulo XIX ► Transação..... 1531

1. Aspectos introdutórios e conceituais.....	1531
2. Características da transação.....	1533
2.1 Limites subjetivos e objetivos.....	1534
2.2 Transação e cláusula penal.....	1536
3. Eficácia	1536
3.1 Transação e fiança.....	1537
3.2 Transação e os efeitos da evicção.....	1538
3.3 Transação e ação penal.....	1539
4. Anulabilidade e nulidade da transação.....	1539
4.1 Transação e dolo.....	1541
4.2 Transação e coação.....	1542
4.3 Transação e erro essencial.....	1542
4.4 Transação, erro de fato e erro de direito	1543

Capítulo XX ► Compromisso 1545

1. Notas conceituais.....	1545
2. Compromisso e convenção de arbitragem	1546
2.1 Compromisso arbitral	1547
2.2 Cláusula compromissória.....	1548
3. Extensão do compromisso.....	1551
4. Natureza jurídica e questões peculiares.....	1551
4.1 As questões de estado	1552
4.2 O direito pessoal de família.....	1552
4.3 Outras questões.....	1553
5. Notas conclusivas.....	1554

Bibliografia 1555

Cristiano Chaves de Farias
Nelson Rosenvald

Curso de Direito
CIVIL

Reais

5

14^a revista,
atualizada
e ampliada
edição

2018

 **EDITORA**
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 164, Ed. Marfina, 1º Andar – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

- Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robrio Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

F224c Farias, Cristiano Chaves de
Curso de direito civil: direitos reais / Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosendal – 14.
ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2018.
1072 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-1954-6.

1. Direito civil. 2. Direitos reais. I. Título.

CDD 342.12

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

Palavras Prévias (à guisa de apresentação da 14ª edição)	17
Prefácio	21
Apresentação	23
Introdução	25
Capítulo I ► Direitos reais.....	31
1. Conceito	32
2. Características fundamentais dos direitos reais.....	33
2.1 Absolutismo.....	33
2.2 Sequela	37
2.3 Preferência.....	39
2.4 Taxatividade	41
2.5 Tipicidade	43
3. A Aproximação entre as situações jurídicas reais e obrigacionais	46
4. Classificação.....	52
5. Obrigações <i>propter rem</i>	56
5.1 Conceito e natureza jurídica.....	56
5.2 Distinção perante os ônus reais.....	58
Capítulo II ► Posse	61
1. Breve histórico da posse	62
2. Teorias e definição da posse	62
2.1 Teoria subjetiva (clássica) de Savigny.....	62
2.2 Teoria objetiva de Ihering.....	64
2.3 Definição da posse	67
3. Natureza da posse	68
4. A função social da posse e o direito de moradia	73
4.1 Generalidades: a posse vocacionada à pessoa humana	73
4.2 A desapropriação judicial indireta (ou desapropriação privada)	79
4.3 A legitimação da posse	93
4.4 A posse e os conflitos multitudinários.....	99
4.4.1 A tensão entre posse e propriedade.....	99
4.4.2 Intervenção do Ministério Público	101
4.4.3 As invasões coletivas	106
4.4.4 As ocupações coletivas	110
5. Objeto da posse.....	115
6. Desdobramento da posse.....	119
7. Composse.....	125
8. Detenção.....	129
9. Classificação da posse.....	143
9.1 Vícios objetivos da posse.....	144
9.2 Vício subjetivo da posse.....	151

10. Intersversão (convalescimento) da posse	156
11. Aquisição e perda da posse de bens imóveis – estado da arte.....	160
11.1 Modos de aquisição e perda da posse de bens imóveis	160
11.1.1 Modos clássicos de aquisição e perda da posse imobiliária.....	160
11.1.2 Aquisição e perda da posse imobiliária na contemporaneidade.....	169
11.1.2.1 A aquisição da posse coletiva.....	170
11.1.2.2 Aquisição titulada da posse de bens públicos	174
11.2 Conclusão	178
12. Efeitos.....	178
12.1 Direito aos frutos	178
12.2 Responsabilidade civil do possuidor	183
12.3 Direito às benfeitorias	184
12.3.1 Noções gerais	184
12.3.2 As benfeitorias e a posse.....	186
12.3.3 As benfeitorias e o direito de retenção.....	189
12.3.4 As benfeitorias e a posse derivada de relações contratuais	195
12.4 Direito à usucapião.....	198
12.5 Ações possessórias	199
12.5.1 Fundamentos da proteção possessória	199
12.5.2 A tutela jurisdicional da posse.....	201
12.5.3 As ações possessórias em espécie	211
12.5.3.1 Reintegração de posse	215
12.5.3.2 Manutenção de posse	221
12.5.3.3 Interdito proibitório	223
12.5.3.4 Autoexecutoriedade	226
12.5.4 Aspectos processuais das ações possessórias.....	229
12.5.4.1 Aspectos gerais.....	229
12.5.4.2 O processo nos conflitos possessórios coletivos.....	239
12.5.4.3 Natureza dúplice das possessórias.....	250
12.5.4.4 Fungibilidade das possessórias.....	252
12.5.4.5 Cumulação de pedidos	254
12.5.4.6 Competência para processar e julgar a ação possessória.....	257
12.6 A tutela da posse por outros mecanismos	258
12.6.1 Imissão de posse.....	258
12.6.2 Ação de nunciação de obra nova.....	261

Capítulo III ► Propriedade	265
1. Breve histórico da propriedade	266
2. Propriedade e domínio.....	271
3. Da propriedade às propriedades	275
3.1 Propriedades versus propriedades.....	276
3.2 A propriedade intelectual	279
3.3 A multipropriedade	285
4. O direito fundamental de propriedade como garantia de liberdade.....	288
5. O direito fundamental à propriedade como acesso ao mínimo existencial.....	293
6. Estrutura do direito de propriedade.....	299
6.1 Faculdade de usar	300
6.2 Faculdade de gozar	301

6.3	Faculdade de dispor	302
6.4	Faculdade de reivindicar	304
7.	Principais atributos da propriedade	307
7.1	Exclusividade.....	307
7.2	Perpetuidade.....	309
7.3	Elasticidade e consolidação	311
8.	Função social das propriedades	312
8.1	Generalidades.....	312
8.2	Noção de função social	314
8.3	A propriedade como direito subjetivo com função social.....	316
8.4	A propriedade como relação jurídica complexa	326
8.5	Função social da propriedade urbana	328
8.6	Função social da propriedade rural	339
8.7	Função social das diversas propriedades.....	350
8.8	Síntese.....	360
9.	A extensão das faculdades da propriedade.....	363
10.	Da descoberta	365
11.	Modos de aquisição da propriedade imobiliária	368
11.1	Registro.....	369
11.1.1	Princípios regentes.....	369
11.1.2	Da relação obrigacional para a eficácia real	370
11.1.3	Aproximação entre o título e o modo.....	375
11.1.4	Princípio da Concentração na Matrícula Imobiliária – Lei n. 13.097/15.....	377
11.1.5	Função social registral	381
11.1.6	Atributos do registro	383
11.1.7	Distinções terminológicas.....	403
11.2	Usucapião.....	404
11.2.1	Breve histórico	405
11.2.2	Conceito e natureza jurídica.....	406
11.2.3	Requisitos da usucapião	409
11.2.3.1	Requisitos pessoais	409
11.2.3.2	Requisitos reais	413
11.2.3.3	Requisitos formais.....	422
11.2.4	Usucapião extraordinária	423
11.2.5	Usucapião ordinária	429
11.2.5.1	Justo título	430
11.2.5.2	Boa-fé	435
11.2.6	Usucapião tabular.....	436
11.2.7	Direito intertemporal nas usucapiões extraordinária e ordinária.....	438
11.2.8	Usucapião especial (urbana).....	441
11.2.9	Usucapião urbana coletiva	451
11.2.10	Usucapião rural.....	457
11.2.11	Usucapião Extrajudicial (art. 216-A da Lei dos Registros Públicos).....	462
11.2.12	Usucapião urbana administrativa (Lei n. 13.465/17)	472
11.2.13	Usucapião indígena	477
11.2.14	Usucapião especial do artigo 68 do ADCT.....	478
11.2.15	Usucapião pró-família.....	480

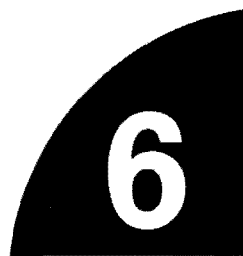
12	CURSO DE DIREITO CIVIL • Vol. 5 – Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald	
	11.2.16 Questões procedimentais e processuais da usucapião	485
	11.2.17 Usucapião como defesa.....	493
	11.3 Acesso.....	498
	11.3.1 Acesso natural.....	499
	11.3.2 Acesso artificial – construções e plantações	502
	11.3.2.1 Aspectos gerais.....	502
	11.3.2.2 A tensão entre a propriedade e a posse.....	503
	11.3.2.3 A desapropriação no interesse privado.....	508
	11.4 Legitimação fundiária.....	511
	12. Modos de perda da propriedade	517
	12.1 Alienação	519
	12.2 Renúncia.....	520
	12.3 Abandono.....	521
	12.4 Percimento.....	526
	12.5 Desapropriação	527
	13. Modos de aquisição da propriedade móvel	529
	13.1 Ocupação.....	530
	13.2 Achado do tesouro.....	532
	13.3 Especificação.....	533
	13.4 Confusão, comissão e adjunção.....	534
	13.5 Usucapião.....	536
	13.6 Tradição.....	539
	14. Propriedade resolúvel e <i>ad tempus</i>	545
	15. A propriedade aparente.....	548
	15.1 A fragmentação do direito de propriedade	548
	15.2 O significado da propriedade aparente	549
	15.3 Quatro aplicações da aparência no direito de propriedade	551
	16. Propriedade fiduciária	556
	16.1 Noções introdutórias.....	556
	16.2 Conceito, elementos e natureza jurídica.....	559
	16.3 Constituição da propriedade fiduciária.....	562
	16.4 Características da propriedade fiduciária.....	567
	16.5 O inadimplemento do devedor fiduciante no regime do Código Civil.....	578
	16.6 A propriedade fiduciária especial de bens móveis do DI 911/69.....	583
	16.7 O fim da prisão civil do depositário infiel	590
	16.8 A propriedade fiduciária de bens imóveis (Lei n. 9.514/97 atualizada pela Lei n. 13.465/17).....	596
	16.9 A propriedade fiduciária e o arrendamento mercantil.....	607
	16.10 Propriedade fiduciária e reserva de domínio.....	617
	17. Propriedade superficiária.....	624
	17.1 Conceito e Natureza Jurídica.....	624
	17.2 Conteúdo do direito de superfície.....	629
	17.3 A Superfície e a laje.....	636
	17.4 O direito de superfície no Estatuto da Cidade – o diálogo de fontes.....	640
	17.5 Extinção do direito de superfície.....	645
	17.6 A superfície e outros modelos jurídicos.....	649
	18. A laje.....	652

18.1	Conceito e noções fundamentais	652
18.2	As espécies de laje	656
18.3	A natureza jurídica da laje – Direito real de propriedade.....	658
18.4	Direitos e deveres do lajeado (titular do imóvel originário).....	664
18.4.1	Direitos que tocam ao lajeado.....	664
18.4.2	Deveres do lajeado	667
18.4.3	Direitos que tocam ao lajeário.....	669
18.4.4	Deveres do lajeário	673
18.5	Modos constitutivos do direito real de laje	675
18.6	O direito de preferência.....	685
18.7	Formas extintivas do direito real de laje	691
Capítulo IV ► Direitos de vizinhança		697
1.	Noções gerais.....	698
2.	Uso anormal da propriedade.....	702
2.1	Uso normal, causando incômodos normais – solução: nenhum direito para o prejudicado (danos lícitos e ato ilícito).....	709
2.2	Uso normal, causando incômodos anormais, mas socialmente necessários – solução: direito do prejudicado à indenização (dano ilícito oriundo de ato lícito).....	710
2.3	Uso anormal, causando danos anormais, sem justificação social, por inexistir interesse coletivo na atividade – solução: o prejudicado pode exigir a cessação do uso (dano ilícito oriundo de ato ilícito).....	712
3.	Árvores limítrofes.....	714
4.	Passagem forçada	716
5.	Da passagem de cabos e tubulações.....	719
6.	Das águas	720
7.	Limites entre prédios e direito de tapagem.....	725
8.	Direito de construir	730
8.1	O direito de construir e a função social da propriedade	730
8.2	O direito de construir no Código Civil	734
Capítulo V ► Condomínio		743
1.	Noções gerais.....	744
2.	Condomínio ordinário.....	746
2.1	Classificação.....	746
2.2	Conteúdo da cotitularidade	748
2.3	Exercício da cotitularidade	753
2.4	Extinção do condomínio voluntário	756
2.5	Administração do condomínio.....	760
2.6	Condomínio necessário.....	762
3.	Condomínio edilício.....	765
3.1	Noções gerais.....	765
3.2	Natureza jurídica.....	771
3.3	Elementos constitutivos.....	775
3.3.1	Convenção de condomínio.....	778
3.3.2	Regimento interno.....	783

3.4	Direitos dos condôminos.....	784
3.5	Deveres dos condôminos.....	790
3.6	As sanções punitivas condominiais.....	796
3.7	O inadimplemento condominial.....	808
3.8	Administração do condomínio.....	811
3.8.1	Síndico.....	811
3.8.2	Assembleia geral.....	815
3.8.3	Conselho fiscal.....	819
3.9	Extinção do condomínio edilício.....	819
3.10	O condomínio e o direito real de laje.....	821
4.	O condomínio de casas.....	825
5.	O condomínio de lotes.....	826
5.1	Os “Loteamentos fechados”.....	826
5.2	Os condomínios de lotes.....	830
5.3	O Loteamento de acesso controlado.....	832
6.	O condomínio urbano simples.....	834
Capítulo VI ► Direitos reais em coisa alheia		839
1.	Introdução.....	840
2.	A função social dos direitos reais sobre coisa alheia.....	842
3.	Direitos reais de fruição.....	843
3.1	Enfiteuse.....	844
3.1.1	Supressão do instituto no Código Civil de 2002.....	844
3.1.2	Noções gerais.....	846
3.1.3	Objeto.....	847
3.1.4	Modos de aquisição.....	848
3.1.5	Conteúdo.....	849
3.1.6	Modos de extinção (art. 692 do CC/1916).....	852
3.1.7	Peculiaridades.....	853
3.2	Servidão.....	854
3.2.1	Breve histórico.....	854
3.2.2	Conceito e natureza jurídica.....	855
3.2.3	Distinções necessárias.....	859
3.2.4	Classificação.....	862
3.2.5	Modos de constituição.....	864
3.2.6	Exercício.....	867
3.2.7	Extinção.....	872
3.2.8	Tutela processual das servidões.....	876
3.3	Usufruto.....	877
3.3.1	Conceito e características.....	878
3.3.2	Distinções necessárias.....	880
3.3.3	Objeto.....	884
3.3.4	Modos de constituição.....	886
3.3.5	Direitos do usufrutuário.....	895
3.3.6	Obrigações do usufrutuário.....	901
3.3.7	Extinção.....	905

3.4	Direito real de uso.....	913
3.4.1	O modelo do Código Civil	913
3.4.2	A concessão de direito real de uso	915
3.4.3	Concessão de uso especial para fins de moradia.....	917
3.5	Direito real de habitação.....	920
4.	Direitos reais de garantia.....	925
4.1	Teoria geral.....	925
4.1.1	Características dos direitos reais de garantia	928
4.1.2	Princípios básicos dos direitos de garantia	939
4.1.3	Distinção entre direitos de garantia e de gozo	941
4.2	Penhor.....	943
4.2.1	Noções introdutórias.....	943
4.2.2	Características do penhor	945
4.2.3	Direitos e obrigações do credor pignoratício.....	947
4.2.4	Extinção do penhor	953
4.2.5	Modalidades de penhor	956
4.2.5.1	Penhor rural	956
4.2.5.2	Penhor industrial e mercantil.....	961
4.2.5.3	Penhor de direitos e títulos de crédito.....	963
4.2.5.4	Penhor de veículos	966
4.2.5.5	Penhor legal	968
4.3	Hipoteca.....	973
4.3.1	A hipoteca e o mercado	973
4.3.2	Noções gerais.....	976
4.3.3	Modalidades de hipoteca	980
4.3.3.1	Hipoteca convencional.....	980
4.3.3.2	Hipoteca legal.....	991
4.3.3.3	Hipoteca judiciária.....	993
4.3.3.4	Hipotecas especiais	994
4.3.3.5	Hipoteca cedular	996
4.3.4	Remição da hipoteca	998
4.3.5	Extinção da hipoteca.....	1002
4.4	Anticrese	1005
5.	Direito Real à Aquisição – Promessa de Compra e Venda.....	1009
5.1	Noções gerais.....	1009
5.2	A promessa como contrato preliminar.....	1011
5.2.1	Noções gerais	1011
5.2.2	Eficácia obrigacional.....	1014
5.2.3	A eficácia real do contrato preliminar	1024
5.2.4	O contrato preliminar impróprio	1027
5.3	A promessa de compra e venda no universo dos direitos reais.....	1033
5.4	Temas controvertidos sobre promessa de compra e venda	1039
	Bibliografia	1053

Cristiano Chaves de Farias
Nelson Rosenvald



Curso de DIREITO CIVIL

Famílias

14^a
Edição

—
revista
atualizada
ampliada

2022



www.editorajuspodivm.com.br

7218317

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Capa: Ana Caquetti

Diagramação: Isabella Giordano (giordano.bella@gmail.com)

F224c

Farias, Cristiano Chaves de

Curso de direito civil: famílias / Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald – 14. ed. rev. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2022.

v. 6.

1.104 p.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5680-936-6

1. Direito civil. 2. Direitos reais. I. Título.

CDD 342.16

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

Palavras Prévias – 14ª edição (à guisa de apresentação)	25
Apresentação	29
Prefácio.....	31
Capítulo I ► Introdução e Princípios Constitucionais do Direito das Famílias	33
1. As famílias.....	35
1.1 Modelando a importância e a feição das famílias	35
1.2 A evolução da compreensão jurídica e social da família e os seus referenciais contemporâneos.....	36
1.3 A fotografia contemporânea da família enquanto instituição jurídica e social (a família da pós-modernidade).....	38
1.4 Noções conceituais contemporâneas: a família como instrumento de proteção avançada da pessoa humana (visão civil-constitucional da família).....	41
2. O direito das famílias.....	44
2.1 Noções conceituais	44
2.2 Estrutura do Direito das Famílias.....	46
2.3 Objeto de estudo do Direito das Famílias.....	46
2.4 A natureza jurídica (enquadramento topológico) das normas do Direito das Famílias	47
2.5 A intervenção mínima do Estado nas relações familiares (o Direito das Famílias mínimo)...	48
2.6 A privacidade familiar.....	51
3. Importância e conteúdo atual do afeto como elemento estrutural da família contemporânea: postulado normativo aplicativo das normas.....	54
4. Fontes do direito das famílias	58
5. As garantias constitucionais das relações familiares (princípios constitucionais do direito das famílias e as suas tendências contemporâneas).....	60
5.1 A propalada bipartição das normas jurídicas: as regras e os princípios	60
5.2 A inexistência de hierarquia normativa entre princípios e regras	62
5.3 Os princípios e a técnica de ponderação de interesses (técnica de balanceamento) aplicada no Direito das Famílias	64
5.4 A aplicação das normas-regras e a excepcional possibilidade de utilização da técnica de derrotabilidade (superabilidade ou <i>defeasibility</i>) nos <i>extreme cases</i> (casos extremos)	67
5.5 A vinculação do tecido normativo do direito das famílias aos princípios constitucionais....	73
5.6 As famílias na Constituição da República de 1988 e a cláusula geral de inclusão (a família eudemonista)	75
5.7 A não taxatividade do rol constitucional	77
5.8 Princípios constitucionais específicos do direito das famílias.....	78
5.8.1 Princípio da pluralidade das entidades familiares	78
5.8.2 Princípio da igualdade (isonomia) entre o homem e a mulher	100

5.8.3	Princípio da igualdade substancial entre os filhos	114
5.8.4	Princípio do planejamento familiar e da responsabilidade parental (o tratamento jurídico da alienação parental).....	115
5.8.5	Princípio da facilitação da dissolução do casamento.....	120
6.	A aplicação do Direito das Famílias e os desacordos morais razoáveis.....	121
7.	A aplicação da boa-fé objetiva nas relações familiares (o abuso do direito, o <i>venire contra factum proprium</i> e a <i>supressio/surrectio</i> nas relações familiares).....	124
7.1	A confiança como valor jurídico das relações privadas.....	124
7.2	A confiança nas relações patrimoniais de família: a boa-fé objetiva.....	125
7.3	Aplicação do <i>venire contra factum proprium</i> e da <i>supressio e surrectio</i> no âmbito das relações familiares.....	127
7.4	A confiança nas relações familiares pessoais: o afeto como valor jurídico tutelável (o afeto como postulado das relações familiares, e não como princípio).....	132
8.	A função social da família.....	135
9.	Responsabilidade civil nas relações de família e o cabimento das medidas de tutela específica, inclusive astreintes	137
10.	A perda de uma chance nas relações de família	144
11.	O procedimento especial dedicado às ações de família pelo Código de Processo Civil de 2015..	147
11.1	O cabimento do procedimento especial das ações de família e as suas exceções	147
11.2	Ressuscitando da mansão dos mortos: a possibilidade de separação	150
11.3	Especificidade do procedimento especial das ações de família: a mediação familiar obrigatória.....	151
11.4	O iter procedimental das ações de família	155
11.5	A intervenção do Ministério Público	157
11.6	Indícios de abuso ou alienação parental.....	159
11.7	A questão da revelia nas ações de família	160
11.8	Os poderes do juiz nas ações de família.....	160
11.9	A incidência da teoria da carga probatória dinâmica nas ações de família e a distribuição do ônus da prova.....	161
11.10	A desconsideração da personalidade jurídica nas ações de família	163
11.11	A interdisciplinaridade (multiprofissionalidade) nas ações de família	169
11.12	A excepcional possibilidade de utilização de prova ilícita nas ações de família	170
11.13	Os negócios jurídicos processuais em ações de família.....	175
Capítulo II ► O Casamento (A Família Matrimonializada)		177
1.	Uma visão constitucional do casamento.....	178
2.	Estrutura jurídica do casamento	180
2.1	Noções conceituais	180
2.2	Finalidades do casamento.....	184
2.3	Natureza jurídica do casamento	187
2.4	Características do casamento	188
2.5	Prova do casamento.....	191
2.6	Os esposais (a promessa de casamento e os seus efeitos jurídicos).....	193
2.7	Agências de casamento (corretagem matrimonial).....	197
2.8	Modalidades de casamento e o modelo civil de casamento adotado pelo sistema brasileiro....	198

2.9	Impedimentos matrimoniais.....	202
2.9.1	Noções conceituais.....	202
2.9.2	Oposição dos impedimentos matrimoniais.....	203
2.9.3	Classificação dos impedimentos.....	206
2.9.4	Impedimentos resultantes do parentesco.....	207
2.9.5	Impedimento resultante de casamento anterior (proibição da bigamia).....	212
2.9.6	Impedimento resultante da prática de crime.....	213
2.10	Causas suspensivas matrimoniais.....	214
2.10.1	Noções conceituais.....	214
2.10.2	Oposição das causas suspensivas.....	216
2.10.3	Causas suspensivas fundadas na confusão patrimonial.....	217
2.10.4	Causas suspensivas fundadas em confusão de sangue (<i>turbatio sanguinis</i>).....	218
2.10.5	Causa suspensiva fundada em tutela ou curatela.....	218
2.10.6	Possibilidade de afastamento de causas suspensivas.....	219
2.11	A habilitação para o casamento.....	220
2.11.1	Lineamentos gerais sobre a habilitação para o casamento.....	220
2.11.2	A capacidade para o casamento, a impossibilidade de suprimento judicial de idade e a possibilidade de suprimento judicial do consentimento dos pais.....	221
2.11.3	O procedimento de habilitação e as suas fases.....	224
2.12	Casamento de militares.....	230
2.13	Casamento dos servidores do Serviço Exterior Brasileiro.....	231
2.14	Contrato de emprego entre cônjuges.....	231
3.	Existência, validade e eficácia do casamento.....	232
3.1	Os planos do mundo jurídico aplicáveis ao casamento.....	232
3.2	A existência do casamento.....	233
3.3	A validade do casamento.....	237
3.3.1	Generalidades.....	237
3.3.2	O casamento nulo (invalidade absoluta).....	239
3.3.3	O casamento anulável (invalidade relativa).....	244
3.3.4	Anulabilidade por erro essencial sobre a pessoa do cônjuge.....	253
3.3.5	Quadro comparativo das características do casamento nulo e do anulável.....	256
3.3.6	O casamento putativo.....	256
4.	Celebração do casamento.....	259
4.1	Noções gerais.....	259
4.2	Formalidades da celebração.....	260
4.3	O momento da celebração.....	261
4.4	O casamento consular.....	263
4.5	O casamento religioso com efeitos civis posteriores.....	264
4.6	Conversão da união estável em casamento.....	267
4.7	Formas excepcionais de casamento: o casamento em iminente risco de vida e o casamento nuncupativo.....	269
5.	Efeitos jurídicos decorrentes do casamento.....	273
5.1	Generalidades.....	273
5.2	Efeitos sociais.....	274

5.3	Efeitos pessoais.....	277
5.3.1	Noções gerais.....	277
5.3.2	A possibilidade de acréscimo do sobrenome do cônjuge.....	279
5.3.3	Fixação do domicílio conjugal.....	283
5.3.4	Os direitos e deveres recíprocos.....	284
5.4	Efeitos patrimoniais	290
5.5	A não fluência de prazo prescricional entre cônjuges na constância do casamento e a possibilidade de usucapião conjugal (usucapião por abandono de lar)	292
5.6	As relações jurídicas entre os cônjuges-empresários	297

Capítulo III ► O Regime de Bens do Casamento 301

1.	O regime de bens em perspectiva civil-constitucional.....	301
1.1	Os efeitos econômicos dentre as múltiplas consequências decorrentes do casamento	301
1.2	Os efeitos econômicos do casamento e a possibilidade de controle através do regime de bens: o estatuto patrimonial do casamento	303
1.3	A teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana aplicada nas relações econômicas matrimoniais: o regime de bens à luz da normatividade constitucional	305
1.4	A teoria da análise econômica do Direito aplicável ao regime patrimonial das relações afetivas.....	308
1.5	A incidência da isonomia constitucional entre o homem e a mulher no regime de bens....	309
2.	Lineamentos sobre o regime de bens	311
2.1	Noções conceituais sobre o regime de bens.....	311
2.2	Princípios norteadores do regime de bens	312
2.2.1	Generalidades.....	312
2.2.2	O princípio da liberdade de escolha do regime de bens.....	312
2.2.3	O princípio da variedade dos regimes de bens.....	325
2.2.4	O princípio da mutabilidade motivada do regime de bens	327
2.3	Eficácia do regime de bens no casamento.....	336
2.4	Regime de bens na união estável	338
2.5	A possibilidade de utilização da teoria da desconsideração da personalidade jurídica nas questões atinentes ao regime de bens e o procedimento judicial previsto no Código de Processo Civil de 2015	339
3.	A administração de bens e a prática dos atos de disposição.....	345
3.1	A prática de atos jurídicos pelas pessoas casadas.....	345
3.2	Atos que independem do consentimento do consorte.....	345
3.3	A proteção dos terceiros de boa-fé	348
3.4	Atos que dependem do consentimento do cônjuge.....	349
3.4.1	A exigência de consentimento para determinados atos.....	349
3.4.2	(In)aplicabilidade da exigência de outorga do companheiro na união estável.....	353
3.4.3	Inaplicabilidade às pessoas casadas em regime de separação absoluta de bens	356
3.4.4	Possibilidade de suprimento judicial do consentimento.....	357
3.4.5	A anulabilidade do ato praticado sem autorização do cônjuge e a impossibilidade de abuso do direito (a incidência do <i>venire contra factum proprium</i> – proibição de comportamento contraditório).....	358
3.4.6	Impossibilidade de gestão patrimonial por um dos consortes.....	361

4.	O pacto antenupcial	362
4.1	Noções conceituais, natureza jurídica e conteúdo.....	362
4.2	Formalidades essenciais e o registro em cartório de imóveis.....	366
4.3	Pacto antenupcial celebrado por nubentes menores de idade	368
4.4	Permissivo de dispensa de outorga do cônjuge no regime de participação final nos aquestos	368
4.5.	Possibilidade de cláusula de acordo de procedimento (negócio jurídico processual atípico) no pacto antenupcial	369
5.	Os diferentes regimes de bens	370
5.1	Generalidades	370
5.2	O regime de comunhão parcial de bens.....	371
5.3	O regime de comunhão universal de bens	382
5.4	O regime de separação convencional ou absoluta de bens.....	387
5.5	O regime de participação final nos aquestos.....	393
Capítulo IV ► A Dissolução do Casamento (O Divórcio).....		397
1.	Uma compreensão constitucional da dissolução do casamento: o direito de não permanecer casado	398
2.	A dissolução do casamento.....	402
2.1	Esorço histórico evolutivo da dissolução do casamento	402
2.2	Os antecedentes da Emenda Constitucional nº 66/10.....	403
2.3	O sistema de dissolução do casamento: unitário ou dualista?	405
2.4	Um <i>réquiem</i> para a separação: se ainda não morreu, está moribunda	408
2.5	Hipóteses de cabimento da separação (se admitida a sua incidência, na forma do Código de Processo Civil de 2015).....	413
2.6	Questões intertemporais para a hipótese de eliminação da separação do sistema jurídico brasileiro.....	415
2.7	A separação de corpos como medida jurídica possível e a possibilidade de mandado de distanciamento.....	416
2.8	A importância da separação de fato como um instrumento idôneo para cessar efeitos jurídicos do casamento (teoria da primazia da realidade afetiva).....	420
2.9	A dissolução do casamento pela morte	423
2.10	A morte presumida como causa dissolutória do casamento	425
3.	O divórcio.....	427
3.1	O divórcio em perspectiva histórica e em leitura civil-constitucional	427
3.2	Noções conceituais	430
3.3	Requisito constitucional único para o divórcio.....	432
3.4	Objeto cognitivo da ação de divórcio e a possibilidade de resolução parcial do mérito da causa (art. 356 do Código de Processo Civil de 2015).....	433
3.5	Superação do regime diferenciado do divórcio	436
3.6	O divórcio litigioso e o divórcio consensual	437
3.7	O divórcio consensual.....	437
3.7.1	Generalidades.....	437
3.7.2	O divórcio consensual em juízo.....	438
3.7.3	O divórcio consensual por escritura pública (o divórcio administrativo).....	443
3.8	O divórcio litigioso	447

4. Características (materiais e processuais) do divórcio (aplicáveis também à separação).....	450
5. Situações patrimoniais controvertidas no divórcio	464
5.1 A possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica no divórcio e o procedimento especial estabelecido pelo Código de Processo Civil de 2015	464
5.2 Outras controvérsias patrimoniais relevantes	470
Capítulo V ► A União Estável (A Família Convivencial)	477
1. Uma mirada civil-constitucional sobre a união estável.....	478
2. Escorço histórico: a união estável na lente da jurisprudência brasileira	484
3. A união estável, o concubinato e a sociedade de fato: distinções necessárias	490
3.1 A união livre e a sociedade de fato	490
3.2 O concubinato, o seu tratamento jurídico e as vedações do sistema legal: inadmissibilidade de simultaneidade de núcleos familiares pelo sistema jurídico.....	491
3.3 A união estável	497
3.4 O poliamorismo e a possibilidade de caracterização de uma união estável putativa.....	498
4. Elementos caracterizadores da união estável.....	501
4.1 Noções gerais.....	501
4.2 O intuito familiae (ânimo de constituir uma família).....	502
4.3 A questão da dualidade de sexos e as uniões de pessoas do mesmo sexo (as uniões homoafetivas)	505
4.4 A estabilidade	508
4.5 A continuidade	508
4.6 A publicidade	509
4.7 A ausência de impedimentos matrimoniais e não incidência das causas suspensivas	510
4.8 A união estável putativa e a possibilidade excepcional de simultaneidade de núcleos familiares.....	512
5. Efeitos pessoais da união estável.....	515
5.1 As relações pessoais entre os companheiros.....	515
5.2 Os deveres recíprocos entre os companheiros e a dispensa da coabitação	518
5.3 Direito ao uso do sobrenome do companheiro	520
5.4 Estabelecimento de vínculo de parentesco por afinidade	521
5.5 Adoção por companheiros em união estável.....	522
5.6 Exercício da curatela pelo companheiro na ação de interdição e na ação declaratória de ausência.....	523
5.7 Sub-rogação e retomada na locação de imóvel urbano	523
5.8 A questão da indenização por descumprimento dos deveres pessoais entre os companheiros (a responsabilidade civil na união estável).....	525
5.9 Enquadramento como herdeiro necessário	526
5.10 Impedimento para testemunhar	527
6. Efeitos patrimoniais.....	528
6.1 As consequências econômicas da união estável.....	528
6.2 O regime de bens e o direito à meação	529
6.3 O contrato de convivência na união estável e seus efeitos	536
6.3.1 Contornos gerais do contrato de convivência	536
6.3.2 A celebração do contrato de convivência e a sua modificabilidade	537

6.3.3	Eficácia do pacto convivencial	538
6.3.4	Conteúdo	539
6.3.5	O contrato de namoro e os seus efeitos sobre a união estável.....	541
6.3.6	O contrato de convivência e os companheiros sócios.....	542
6.4	Alimentos na união estável.....	543
6.5	A sucessão entre os companheiros	545
6.6	O direito real de habitação	547
6.7	Direito aos benefícios previdenciários	549
6.8	Direito à inventariança.....	550
6.9	Efeitos tributários.....	550
6.10	Impenhorabilidade do bem de família	551
7.	Conversão da união estável em casamento.....	552
8.	Aspectos processuais da união estável	555
8.1	A competência da vara de família para processar e julgar ações atinentes à união estável.....	555
8.2	Segredo de justiça, revelia e inexistência de foro privilegiado em favor da companheira pela simples condição de mulher	556
8.3	Intervenção do Ministério Público.....	559
9.	Ações típicas da união estável	559
9.1	Generalidades	559
9.2	Reconhecimento e dissolução de união estável	560
9.3	Ação de petição de herança.....	561
9.4	Ações possessórias.....	561
9.5	Alimentos.....	562
9.6	Embargos de terceiros.....	562
10.	União estável, direito intertemporal e a aquisição de bens em diferentes momentos.....	563
Capítulo VI ► O Parentesco		565
1.	O parentesco na perspectiva civil-constitucional.....	565
2.	A estrutura elementar do parentesco	569
2.1	Prolegômenos.....	569
2.2	Noções conceituais sobre o parentesco	571
2.3	O vínculo parental: linhas e graus.....	573
2.4	Efeitos jurídicos decorrentes do parentesco.....	576
3.	As espécies de parentesco	578
3.1	Espécies de parentesco	578
3.2	O parentesco por afinidade.....	581
3.3	O parentesco e a obrigação alimentar	586
Capítulo VII ► A Filiação e o Reconhecimento de Filhos.....		591
1.	A filiação à luz de uma interpretação conforme a constituição.....	592
2.	Noções elementares sobre a filiação.....	595
2.1	Noções conceituais sobre a filiação.....	595
2.2	Breve referência histórica sobre a filiação: um histórico de desigualdades	598
2.3	A prova da filiação e a admissibilidade da posse do estado de filho.....	600

2.4	A filiação decorrente de gestação em útero alheio (“barriga de aluguel” ou gestação por substituição)	605
2.5	A questão da responsabilidade civil na filiação.....	609
2.6	O parto anônimo (roda dos enjeitados) e a questão filiatória.....	616
2.7	A filiação e o planejamento familiar garantido constitucionalmente e o direito ao bebê salvador/medicamento	622
3.	Crítérios determinantes da filiação	625
3.1	Generalidades	625
3.2	Crítério da presunção legal (a presunção <i>pater is est</i>)	626
3.2.1	O significado e o alcance da presunção <i>pater is est</i>	626
3.2.2	A efetiva incidência da presunção de paternidade na união estável como mecanismo de garantia da igualdade entre os filhos.....	628
3.2.3	Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação natural (mecanismo sexual)	631
3.2.4	Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação assistida.....	633
3.2.5	A possibilidade de negar a filiação presumida por lei (ação negatória de paternidade ou maternidade)	643
3.3	Crítério biológico (exame DNA)	647
3.4	Crítério afetivo (a filiação socioafetiva)	650
3.5	A multiparentalidade ou pluriparentalidade (teoria tridimensional aplicada à filiação).....	657
3.6	A coparentalidade e os seus efeitos jurídicos.....	662
4.	O reconhecimento de filhos	664
4.1	Breve esboço histórico sobre o reconhecimento de um filho	664
4.2	Noções gerais sobre o reconhecimento de filhos.....	665
4.3	O reconhecimento voluntário de filhos.....	666
4.4	O procedimento (administrativo) de averiguação oficiosa	674
4.5	O reconhecimento forçado de filhos (a ação de investigação de parentalidade).....	676
4.5.1	Noções gerais.....	676
4.5.2	A investigação de parentalidade (e não somente de paternidade).....	677
4.5.3	A investigação de parentalidade e a investigação de origem genética (investigação de origem ancestral): distinções relevantes.....	677
4.5.4	Possibilidade de uso das ações relativas ao estado filiatório pelos filhos e pelos pais.....	681
4.5.5	Impossibilidade de limitação das hipóteses de admissibilidade (fundamentos da ação) e o cabimento da investigação de parentalidade socioafetiva.....	683
4.5.6	Natureza jurídica das ações filiatórias	684
4.5.7	Imprescritibilidade	685
4.5.8	Possibilidade de cumulação com outros pedidos	686
4.5.9	Legitimidade ativa.....	687
4.5.10	Legitimidade passiva.....	694
4.5.11	Litisconsórcio.....	695
4.5.12	Intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica (<i>custos juris</i>)	696
4.5.13	Competência	697
4.5.14	A resposta do réu e a <i>exceptio plurium concubentium</i>	698
4.5.15	A revelia nas ações investigatórias e os seus efeitos	699
4.5.16	A prova nas ações investigatórias de parentalidade	700

4.5.17	A sentença nas ações filiatórias, a fixação de alimentos e o registro do sobrenome de família	709
4.5.18	Recursos e os seus efeitos.....	711
4.5.19	A desistência nas ações investigatórias de parentalidade	714
4.5.20	A coisa julgada nas ações filiatórias	715

Capítulo VIII ► A Guarda de Filhos..... 719

1.	A guarda de filhos em visão conforme a Constituição	720
2.	O regime dualista da guarda no sistema jurídico brasileiro.....	721
3.	A guarda de filhos e o melhor interesse da criança ou adolescente	725
4.	A guarda de filhos no Código Civil: unilateral e compartilhada.....	727
5.	A guarda compartilhada	733
5.1	Noções gerais sobre a guarda compartilhada.....	733
5.2	Critérios para o compartilhamento da guarda.....	735
5.3	Guarda compartilhada coativa?	737
5.4	Separando o joio do trigo: distinções relevantes entre a guarda compartilhada e a guarda alternada e suas possibilidades.....	738
5.5	A possibilidade de compartilhamento da guarda nas demandas litigiosas: da normatividade expressa para além do texto codificado.....	741
5.6	Guarda compartilhada com pais residindo em locais diferentes.....	745
5.7	Guarda compartilhada, pluriparentalidade e fixação entre diferentes parentes.....	746
5.8	Guarda compartilhada como medida de prevenção à alienação parental.....	747
6.	A guarda e a possibilidade de mudança de domicílio do guardião	748
7.	O apadrinhamento de criança e adolescente como mecanismo de inclusão social, prioridade absoluta e proteção integral e a sua distinção com a guarda	750

Capítulo IX ► Os Alimentos..... 755

1.	Os alimentos na visão civil-constitucional	756
1.1	Os alimentos na perspectiva do direito civil-constitucional: instrumento de afirmação da dignidade da pessoa humana	756
1.2	Os alimentos como expressão do princípio constitucional da solidariedade e do direito social à alimentação	757
2.	Noções gerais sobre os alimentos.....	760
2.1	Noções conceituais e natureza jurídica.....	760
2.2	Características	762
2.2.1	Generalidades	762
2.2.2	Caráter personalíssimo	763
2.2.3	Irrenunciabilidade	763
2.2.4	Atualidade	766
2.2.5	Futuridade	767
2.2.6	Imprescritibilidade	767
2.2.7	(In)Transmissibilidade	768
2.2.8	A não solidariedade da obrigação alimentícia e a possibilidade de convocação dos demais coobrigados (CC, art. 1.698).....	772
2.2.9	Irrepetibilidade e o descabimento da suspensão automática do pensionamento.....	779

2.2.10	Incompensabilidade.....	781
2.2.11	Impenhorabilidade.....	782
2.3	Dever e obrigação alimentar: um bosquejo distintivo.....	784
2.4	Sujeito ativo e sujeito passivo dos alimentos.....	785
2.4.1	Noções gerais sobre os sujeitos da obrigação alimentar.....	785
2.4.2	Alimentos entre cônjuges.....	785
2.4.3	Alimentos decorrentes do parentesco.....	796
2.5	Fixação do quantum alimentício (o trinômio necessidade de quem recebe × capacidade contributiva de quem paga × proporcionalidade).....	819
2.6	A indignidade do alimentando (credor) e os seus possíveis efeitos jurídicos.....	821
3.	Espécies de alimentos (classificação dos alimentos).....	823
3.1	Generalidades.....	823
3.2	Quanto à origem: legítimos, voluntários e ressarcitórios.....	823
3.3	Quanto à natureza: civis e naturais (para a subsistência).....	825
3.4	Quanto ao momento procedimental para a sua concessão: provisórios e definitivos.....	826
3.5	Alimentos transitórios.....	827
4.	Aspectos processuais dos alimentos.....	829
4.1	Noções gerais sobre as características procedimentais dos alimentos.....	829
4.2	Competência para processar e julgar a ação de alimentos.....	830
4.3	A legitimidade para as ações relacionadas aos alimentos, inclusive do Ministério Público..	831
4.4	O procedimento na ação de alimentos.....	834
4.4.1	Petição inicial.....	834
4.4.2	Despacho liminar e os alimentos provisórios.....	835
4.4.3	A citação do réu e os seus efeitos.....	835
4.4.4	Audiência única de conciliação, instrução e julgamento.....	836
4.4.5	Intervenção do Ministério Público como <i>custos juris</i> (fiscal da ordem jurídica).....	838
4.4.6	A sentença e o cálculo do valor da pensão alimentícia.....	839
4.4.7	A possibilidade de fixação de alimentos com base na teoria da aparência (sinais externos de riqueza).....	844
4.4.8	Recurso cabível.....	844
4.4.9	A coisa julgada na ação de alimentos.....	845
4.5	A possibilidade de revisão dos alimentos e o âmbito de cabimento da ação revisional.....	846
4.6	A ação de oferta de alimentos.....	848
4.7	A ação de exoneração de alimentos e as suas peculiaridades procedimentais.....	850
4.8	Os alimentos internacionais.....	853
4.9	A aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica (<i>disregard doctrine</i>) no âmbito alimentício e o procedimento especial previsto no Código de Processo Civil de 2015.....	855
5.	A execução dos alimentos.....	860
5.1	A efetivação dos alimentos e as idiosincrasias da sua execução: medidas disponibilizadas para a efetivação da obrigação alimentar.....	860
5.2	Execução de alimentos decorrentes de título extrajudicial.....	863
5.3	Execução de alimentos decorrentes de título judicial (cumprimento de decisão judicial que arbitrou alimentos).....	866
5.4	A prisão civil do devedor de alimentos.....	870

5.5	A questão da execução dos alimentos pretéritos na visão clássica jurisprudencial e doutrinária e à luz da técnica de ponderação de interesses constitucionais.....	873
6.	A prestação de contas em alimentos.....	875
7.	A possibilidade de uma ação de reembolso de despesas com a manutenção de filho comum ...	879
8.	A impossibilidade de alegação da teoria do adimplemento substancial (<i>substancial performance</i>) nas obrigações alimentícias.....	882
9.	O abuso do direito e os alimentos.....	883
Capítulo X ► O Bem de Família		887
1.	O bem de família como consequência da teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana (direito constitucional ao mínimo existencial)	888
2.	O bem de família no direito brasileiro.....	892
2.1	A dualidade de regimes.....	892
2.2	O valor da família e a proteção do imóvel do devedor sozinho.....	893
2.3	Natureza jurídica do bem de família.....	895
3.	O bem de família convencional.....	895
3.1	Noções conceituais	895
3.2	Extensão da proteção	896
3.3	Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família voluntário.....	898
3.4	Legitimação para a instituição do bem de família convencional	898
3.5	Duração	899
3.6	A questão da solvência do instituidor.....	899
3.7	O Ministério Público e o bem de família	900
4.	O bem de família legal.....	900
4.1	Noções conceituais e a proteção do imóvel de menor valor se o devedor titularizar mais de um bem residencial.....	900
4.2	Alargamento do objeto.....	902
4.3	Constitucionalidade do regime legal do bem de família.....	906
4.4	Característica do bem de família legal	907
4.5	A extensão da impenhorabilidade somente aos bens de valor médio necessários a uma vida digna. A (im)possibilidade de penhora do imóvel único de elevado valor	907
4.6	Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família legal.....	913
4.7	Retroatividade.....	922
4.8	Ampla compreensão do núcleo familiar e a (des)necessidade de fixação de residência efetiva.....	922
4.9	Alegação no processo.....	924
5.	Redefinindo o bem de família legal: o bem da pessoa humana como expressão de seu patrimônio mínimo, inclusive o bem de família da pessoa humana sozinha.....	926
Capítulo XI ► A Tutela e a Curatela dos Interditos (Institutos Protetivos Complementares da Família).....		929
1.	Institutos protetivos da família na ótica civil-constitucional	930
2.	A tutela.....	931
2.1	A tutela como instrumento de concretização da proteção integral constitucionalmente dedicada à criança e ao adolescente (e estendida ao jovem, pela Emenda Constitucional nº 65/10).....	931

2.2	Noções conceituais sobre a tutela à luz dos valores constitucionais infantojuvenis	933
2.3	Modalidades de tutela	935
2.4	Manifestação de vontade do tutelado	939
2.5	Incapacidade para a tutela.....	939
2.6	Escusa dos tutores.....	941
2.7	Garantia da tutela.....	943
2.8	O protutor.....	945
2.9	Ação de nomeação de tutor.....	946
2.10	Exercício da tutela	949
2.10.1	Generalidades	949
2.10.2	O exercício da tutela em relação à pessoa do tutelado	950
2.10.3	O exercício da tutela em relação ao patrimônio do tutelado	951
2.11	Responsabilidade judicial na tutela.....	954
2.12	Responsabilidade do tutor pelo dano causado pelo tutelado (responsabilidade pelo fato de terceiro).....	955
2.13	Prestação de contas.....	955
2.14	Extinção da tutela.....	958
3.	A curatela.....	959
3.1	A personalidade e a capacidade jurídica.....	959
3.2	Noções gerais sobre a capacidade jurídica.....	962
3.3	A distinção entre a capacidade jurídica e a legitimação.....	963
3.4	A capacidade de direito e a capacidade de fato	964
3.5	A nova teoria das incapacidades à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão).....	965
3.6	O tratamento jurídico dedicado à pessoa com deficiência pelo Direito Civil	971
3.7	Hipóteses de incapacidades (à luz da Lei Brasileira de Inclusão).....	977
3.8	As pessoas com deficiência que podem exprimir vontade e o procedimento especial de Tomada de Decisão Apoiada (TDA)	985
3.9	A situação jurídica das pessoas com deficiência que foram interditadas, sob o regime anterior, mas podem exprimir vontade (aplicação temporal da Lei Brasileira de Inclusão).....	991
3.10	Críticas (justas) à teoria das incapacidades	992
3.11	O reconhecimento das incapacidades e a ação de curatela.....	995
3.11.1	As incapacidades e a proteção da dignidade humana do interditando (a curatela em visão civil-constitucional).....	995
3.11.2	A extensão da curatela e os seus exclusivos limites patrimoniais e negociais (impossibilidade de curatelar situações existenciais).....	998
3.11.3	A ação de curatela.....	1001
3.12	A validade dos atos praticados pelo incapaz antes da decisão de curatela.....	1020
3.13	Crítica ao sistema de incapacidades do Código Civil: uma nova perspectiva.....	1021
3.14	A curatela especial do nascituro.....	1022
Capítulo XII ► A Adoção e o seu Regime Jurídico.....		1025
1.	Uma visão constitucional da adoção	1026
2.	Generalidades sobre a adoção	1028
2.1	Noções conceituais	1028

2.2	Dualidade de sistemas jurídicos	1030
2.3	A relevância do consentimento e hipóteses de dispensa	1033
2.4	O estágio de convivência	1037
2.5	Legitimidade para a adoção.....	1038
2.6	A adoção unilateral e a adoção por duas pessoas.....	1041
2.7	A adoção pelo par homoafetivo	1044
2.8	A adoção “à brasileira”.....	1047
2.9	(Im)Possibilidade da adoção de nascituro e de embriões.....	1048
2.10	A adoção póstuma	1049
2.11	O direito ao parto anônimo (parto em sigilo) e a sua correlação com a adoção	1053
2.12	Efeitos jurídicos da adoção.....	1055
2.13	A possibilidade de mudança de nome na adoção	1057
2.14	O desligamento do núcleo familiar: a irrevogabilidade e irretratabilidade da adoção e a possibilidade excepcional de derrotabilidade da regra legal.....	1058
3.	Aspectos processuais da adoção	1062
3.1	Generalidades: o procedimento judicial de adoção	1062
3.2	Competência	1063
3.3	A atuação do Ministério Público.....	1065
3.4	O cadastro, o procedimento de habilitação dos pretendentes à adoção e a excepcionalidade da adoção intuitu personae	1065
3.5	A sentença no procedimento de adoção.....	1069
3.6	O sistema recursal da ação de adoção e a possibilidade de juízo de retratação	1070
4.	A possibilidade de apadrinhamento de criança e adolescente em programa de acolhimento familiar ou institucional.....	1071
5.	A sistemática da adoção internacional.....	1074
	Bibliografia	1077